

4

MARX E A DINÂMICA DAS CLASSES SOCIAIS EM *O 18 DE BRUMÁRIO*: A HISTORICIDADE CONTRA O REDUCIONISMO

Júlia Lemos Vieira¹

O que há de mais importante em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* é o modo como essa obra traz um tratamento social e político dos eventos históricos revelando toda a complexidade do ponto de vista da concepção materialista da história e abatendo diversos níveis de reducionismos de que se valeram – e ainda se valem – tantas interpretações errôneas de Marx. Determinista econômico, teleólogo da história, pretensão portador de uma ciência neutra, reducionista do Estado a um instrumento sem qualquer autonomia, defensor de uma relação linear de classes são, no mínimo, estigmas completamente estranhos ao Marx que se apresenta nesse que é, praticamente, um panfleto². “Demonstrar como a luta de classes na França criou circunstâncias e relações que tornaram possível uma mediocridade grotesca fazer o papel de um herói” – assim esclareceu Marx (*apud* TUCKER, 1978) as intenções de seu texto, demonstrando que o que traz de extremamente relevante é a evidenciação do *como*: do caráter relacional e contingencial na análise dos acontecimentos.

O leitor que se depara com esse texto hoje deve recapitular que pouco antes do golpe de Luís Bonaparte era notável a divisão da sociedade em duas partes, estando o proletariado num dos extremos. O historiador Tocqueville (*apud* DRAPER, 1977, p. 387) relatara: “Eu vi a sociedade dividida em duas: aqueles que nada possuíam unidos em uma ambição comum; aqueles que possuíam algo em torno de um medo comum. Não havia víncu-

¹ Pós-doutoranda na área de Filosofia Política e Ética da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás. Doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP) em 2014; mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás em 2008; graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Goiás (UFG) em 2006. Autora dos livros “Dinâmica dos Fatores Estruturais em Marx” (Kelps, 2014) e “Caminhos da Liberdade no Jovem Marx” (Anita Garibaldi, 2017).

² O Dezoito Brumário foi escrito por Marx dentre o final de 1851 e início do ano de 1852 e foi publicado em Nova York numa revista intitulada “Die Revolution”. Importante destacar que foi uma análise feita no correr dos acontecimentos.

los, simpatias entre essas duas grandes classes; em todo lugar havia a sugestão de uma próxima e inevitável luta”. Ou seja, tratava-se de uma realidade claramente bifurcada. É surpreendente, nesta conjuntura, que o filósofo da luta de classes furte-se de uma análise simplória das classes contrapostas:

A república burguesa triunfou. A seu lado alinhavam-se a aristocracia financeira, a burguesia industrial, a classe média [mittelstand], a pequena burguesia, o exército, o lumpen proletariado organizado em Guarda Móvel, os intelectuais de prestígio, o clero e a população rural. Do lado do proletariado de Paris não havia senão ele próprio (MARX, 1984, p. 15).

Marx elenca em contraposição ao proletariado nada menos que nove grupos distintos, demonstrando que reconhecer um antagonismo bipolar não implica em reduzir o alto grau da complexidade das relações de classes e que a representação política não retrata a contraposição social tal como o reflexo num espelho. Demonstra que não há uma linearidade entre o social e o político e advoga justamente a necessidade de se contrapor a esse tipo de simplificação. Em um outro momento do texto, no qual relata a oposição entre republicanos e monarquistas, adverte:

Antes de prosseguirmos com a história parlamentar desta época tornam-se necessárias algumas observações a fim de evitar as concepções errôneas tão comuns a respeito do caráter geral da ocasião que temos diante de nós. Aos olhos dos democratas, o período da Assembleia Legislativa Nacional caracterizava-se pelo mesmo problema vivido durante a Assembleia Constituinte: a simples luta entre republicanos e monarquistas. Resumiam, entretanto, o movimento propriamente dito em uma só palavra: "reação" - noite em que todos os gatos são pardos e que lhes permite desfiar todos os seus lugares-comuns de guarda-noturno (MARX, 1984, p. 35).

Marx indica que, embora o ódio comum dos monarquistas – Partido da Ordem - as unisse nas investidas contra os republicanos - representados pela Montanha - não se podia perder de vista que ambos eram compostos por diferentes facções e que uma abordagem mais minuciosa revelaria que tais não eram tão diametralmente opostas como apareciam no jogo parlamentar. Marx fala da relação entre o político e o social em termos de mistificação:

O partido da ordem parece estar perpetuamente empenhado em uma “reação”, dirigida contra a imprensa, o direito de associações e coisas semelhantes, uma reação nem mais nem menos como a que sucedeu na Prússia, e que, como na Prússia, é exercida na forma de brutal interferência policial por parte da burocracia, da gendarmaria e dos tribunais. A Montanha, por sua vez, está igualmente ocupada em aparar esses golpes, defendendo assim os “eternos direitos do homem”, como todos os partidos supostamente populares vêm fazendo, mais ou menos, há um século e meio. Quando, porém, se examina mais de perto a situação e os partidos, desaparece essa aparência superficial que dissimula a luta de classes e a fisionomia peculiar da época (MARX, 1984, p. 35).

Marx nega claramente aqui uma relação mecânica entre o político e o social. Defende que a dualidade da luta na assembleia não deve ser admitida como uma simples reposição da luta social na luta parlamentar. Algumas facções monarquistas, por exemplo, se encontravam, na verdade, no campo de defesa de interesses burgueses, compondo um antagonismo de classe no campo social diverso do antagonismo dado no campo político. Marx explica:

Os legitimistas e os orleanistas, como dissemos, formavam as duas grandes facções do partido da ordem. O que ligava estas facções aos seus pretendentes e as opunha uma à outra seriam apenas as flôres-de-lís e a bandeira tricolor, a Casa dos Bourbons e a Casa de Orléans, diferentes matizes do monarquismo? Sob os Bourbons governara a grande propriedade territorial, com seus padres e lacaios; sob os Orléans, a alta finança, a grande indústria, o alto comércio, ou seja, o capital, com seu séquito de advogados, professores e oradores melífluos. (...) O que separava as duas facções, portanto, não era nenhuma questão de princípios, eram suas condições materiais de existência, duas diferentes espécies de propriedade, era o velho contraste entre a cidade e o campo, a rivalidade entre o capital e o latifúndio. (...). E assim como na vida privada se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus interesses reais, o conceito que fazem de si do que são na realidade. Orleanistas e legitimistas encontram-se lado a lado na república, com pretensões idênticas. Se cada lado desejava levar a cabo a restauração de sua própria casa real, contra a outra, isto significava apenas que cada um dos dois grandes interesses em que se divide a burguesia - o latifúndio e o capital -

procurava restaurar sua própria supremacia e suplantar o outro. Falamos em dois interesses da burguesia porque a grande propriedade territorial, apesar de suas tendências feudais e de seu orgulho de raça, tornou-se completamente burguesa com o desenvolvimento da sociedade moderna (MARX, 1984, p. 35).

Legitimistas e orleanistas, as duas grandes facções do Partido da Ordem, não eram, portanto, apenas diferentes matizes do monarquismo separados por diferentes princípios acerca da monarquia, mas sim representantes do capital e do latifúndio, ambos representantes, portanto, dos “dois grandes interesses em que se divide a burguesia” (MARX, 1984, p. 36). Desse modo, tão logo a conjuntura se modificasse, a suposta unidade dos monarquistas se quebrava e facções do Partido da Ordem podiam se unir a facções republicanas desde que se desse uma conjuntura de benefício dos seus interesses reais. Do mesmo modo ocorria com as facções da Montanha: dado que seu real interesse não era acabar com os extremos capital e trabalho e sim buscarem transformações dentro dos limites burgueses, deveria ter sido previsível sua aliança a monarquistas em prol dos seus interesses de propriedade:

A nova Montanha, resultado dessa combinação, continha, além de alguns figurantes tirados da classe operária e de alguns socialistas sectários, os mesmos elementos da velha Montanha, mas, mais fortes numericamente. Em verdade, ela se tinha modificado no curso do desenvolvimento, com a classe que representava. O caráter peculiar da social-democracia resume-se no fato de exigir instituições democrático-republicanas como meio não de acabar com dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia. Por mais diferentes que sejam as medidas propostas para alcançar esse objetivo, por mais que sejam enfeitadas com concepções mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo. Esse conteúdo é a transformação da sociedade por um processo democrático, porém uma transformação dentro dos limites da pequena burguesia (MARX, 1984, p. 38)

O confronto político não é, portanto, uma simples manifestação do confronto social. Se, por um lado ele realmente manifesta a realidade do confronto social, ele também o dissimula. A superestrutura ergue-se sobre as diferentes formas de propriedade de uma forma tal que os verdadeiros interesses das classes surgem na imaginação de modo distinto do que constituem na realidade. A ilusão das classes sobre si mesmas repõe a constitui-

ção de ilusões que é própria do homem: o que um indivíduo pensa de si mesmo não implica num simples reflexo daquilo que ele realmente é e faz. Mas, no caso das lutas históricas, o cuidado para buscar se desfazer de tal ilusão é ainda mais necessário, daí porque “nas lutas históricas deve-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus interesses reais, o conceito que fazem de si do que são na realidade” (MARX, 1984, p. 35).

Bensaid (1999, p. 164) comentou, a respeito dessa passagem de Marx que “a teoria revolucionária tem algum parentesco com a psicanálise. [...] Articulada como uma linguagem, ela opera por deslocamentos e condensações das contradições sociais. Tem seus sonhos, seus pesadelos e seus lapsos”. Comparação equivocada? Não. Na verdade, um recurso bastante elucidativo no sentido de permitir visualizar o que tantas vezes têm sido tão difícil quando se trata de apreender que, na relação infraestrutura e superestrutura presente na obra de Marx, a partir das classes fundamentais existem articulações cruzadas que multiplicam as diferenciações entre as relações sociais e a representação política.

A interpretação de um reflexo mecânico entre esses polos, com certeza, não se deve a uma falta de Marx em insistir na complexidade. No que se refere à pequena burguesia, ele reitera que encontrar o verdadeiro interesse por trás da ilusão que ela faz de si mesma também não deve ser exercício medíocre:

Só que não se deve formar a concepção estreita de que a pequena burguesia, por princípio, visa a impor um interesse de classe egoísta. Ela acredita, pelo contrário, que as condições especiais para sua emancipação são as condições gerais sem as quais a sociedade moderna não pode ser salva nem evitada a luta de classes (MARX, 1984, p. 38).

Não se trata de encontrar os verdadeiros interesses por trás das ilusões da pequena burguesia a respeito de si mesma num sentido simplesmente psicológico ou moral. A inevitabilidade da luta de classes que ela preconiza não se fundamenta em uma imoralidade, mas antes na busca efetiva de sua auto emancipação. Soa quase socrático: o erro desta classe é, antes, uma falta, uma ignorância a respeito do que consiste uma verdadeira emancipação humana.

A burguesia ignora que, também para ela, não há emancipação sem que se emancipe a humanidade inteira da luta de classes. O mesmo ocorre com o democrata, que é o representante político da pequena burguesia:

[..] o democrata, por representar a pequena burguesia, ou seja, uma classe de transição na qual os interesses de duas classes perdem simultaneamente suas arestas, imagina estar acima dos antagonismos de classes em geral. Os democratas admitem que se defrontam com uma classe privilegiada mas eles, com todo o resto da nação, constituem o povo. O que eles representam é o direito do povo; o que interessa a eles é o interesse do povo. Por isso, quando um conflito está iminente, não precisam analisar os interesses e as posições das diferentes classes. Não precisam pesar seus próprios recursos de maneira demasiado crítica. Tem apenas que dar o sinal e o povo, com todos os seus inexauríveis recursos, cairá sobre os opressores (MARX, 1984, p. 41).

Marx expõe aqui de maneira bastante clara o poder das ilusões no decorrer dos acontecimentos históricos efetivos. A ilusão do democrata sobre si mesmo, sobre as articulações da fração social que a fundamenta, também é determinante para a sua inação perante um conflito eminente, inação esta que a leva sofrer tão humilhante derrota quando convoca o apoio do povo e verifica que, “na prática seus interesses mostram-se sem interesse e sua potência, impotência” (Ibidem). Ao participar da união de todos os estratos sociais e representações políticas contra a vanguarda proletária de Paris - Insurreição de junho – a verdadeira representação política do democrata não tarda a vir à tona e a revelar que toda a sua impotência para a emancipação política emana da sua real fundamentação social. Mas, também a classe proletária se equivoca a respeito de si mesma.

As revoluções burguesas, como as do século XVIII, avançam rapidamente de sucesso em sucesso; seus efeitos dramáticos excedem uns aos outros; os homens e as coisas se destacam como gemas fulgurantes; o êxtase é o estado permanente da sociedade; mas estas revoluções têm vida curta; logo atingem o auge, e uma longa modorra se apodera da sociedade antes que esta tenha aprendido a assimilar serenamente os resultados de seu período de lutas e embates. Por outro lado, as revoluções proletárias, como as do século XIX, se criticam constantemente a si próprias, interrompem continuamente seu curso, voltam ao que parecia resolvido para recomeçá-lo outra vez, escarnekem com impiedosa consciência as deficiências, fraquezas e misérias de seus primeiros esforços, parecem derrubar seu adversário

apenas para que este possa retirar da terra novas forças e erguer-se novamente, agigantado, diante delas, recuam constantemente ante a magnitude infinita de seus próprios objetivos até que se cria uma situação que torna impossível qualquer retrocesso e na qual as próprias condições gritam: "Hic Rhodus, hic salta! Aqui está Rodes, salta aqui!"

Contrário ao que uma ideia de luta de classes mecanicista às vezes reivindica, Marx indica que a consciência de classe não está dada de pronto no proletariado, mas que, ao contrário, enfrenta muitos obstáculos para ser desenvolvida (próprios, inclusive, da reificação das relações sociais) e demora-se entre vitórias e derrotas, avanços e recuos.

O ponto chave evidenciado aqui é que só a partir de uma análise não-linear da luta de classes é que se pode compreender a relação do Estado com a estrutura social. Os acontecimentos prévios ao golpe de Louis Bonaparte indicaram que, quando o proletariado saiu de cena, as nuances entre as diversas frações da burguesia emergiram mais claramente e a totalidade do caráter do Estado burguês pôde assim revelar-se também na sua relação com a própria classe burguesa. Essa é a questão central de *O 18 de brumário*. Tal como afirma Drapper (1977, p. 388):

O primeiro plano da imagem diz respeito ao cabo de guerra entre os vários estratos "daqueles que possuíam algo" - as classes proprietárias de propriedades e seus dependentes. O problema que o Dezoito Brumário tratou principalmente não foi o papel do Estado em relação ao proletariado, um papel que fora amplamente demonstrado nos dias de junho: "Revelou-se aqui que a república burguesa significa o despotismo ilimitado de uma classe sobre outras classes" (esse despotismo de classe é o que Marx chamou de "ditadura da classe" da burguesia). O problema que Marx se propôs a desvendar foi, antes, o papel subsequente do Estado com relação aos conflitos que atravessam a propriedade, que atravessam as próprias classes que se uniram para esmagar o levante de junho. O objetivo imediato é o papel do Estado com relação às próprias classes dominantes.

Quando o proletariado sai de cena esmagado pela máquina estatal, os ratos fazem a festa. Após a insurreição de junho, as classes dominantes puderam finalmente travar no parlamento batalhas que evidenciavam o real interesse social que representavam. A manutenção da máquina governamental burocrática, de estrutura hierárquica pré-capitalista servia muito bem ao interesse material da burguesia francesa. Revela-se, assim, que há

uma autonomia política relativa de um Estado em relação ao seu caráter de classe, podendo este adquirir naturezas muito diversas do que uma simples caracterização social dele pode supor.

Essa complexidade da relação entre a estrutura e a superestrutura também opera na dissolução de interpretações teleológicas. Marx avalia o golpe de Bonaparte em torno de uma discrepância das temporalidades do social e do político contrapondo-se a qualquer perspectiva de comando dos conflitos sociais. Uma interpretação materialista marxiana, em vez de cair no fosso de um determinismo econômico, reconhece fortemente a especificidade do político e das circunstâncias. Bensaïd tem razão ao fazer uso de *O 18 de brumário* para confirmar a sua tese de que, para Marx:

Há desligamento, defasagem, discordância, “relação desigual” e “desenvolvimento desigual” entre produção material e produção artística, entre relações jurídicas e relações de produção. Uma formação social concreta não é redutível à homogeneidade da relação de produção dominante. As diferentes formas de produção (material, jurídica e artística) não andam no mesmo passo. [...] Marx deixa a última palavra às circunstâncias [...] “‘Correspondência’ não implica adequação. Ela apenas delimita um feixe de possibilidades (BENSAÏD, 1997, p. 41).

Embora remeta à luta classes para explicar os acontecimentos da França de então, não é possível identificar em *O 18 de brumário* um esquema da história. Marx não parte de uma teoria geral para deduzir os motivos que levaram Bonaparte ao poder – desde sua eleição até o golpe. Do mesmo modo, não há esquema anteposto que engessa a identificação das classes sociais ali. Há, antes, definições dadas no bojo das relações específicas daquela França de 1851. Ao tratar dos camponeses, por exemplo, isso fica bastante evidente:

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada

família camponesa é quase autossuficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia, e algumas dezenas de aldeias constituem um Departamento. A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira que batatas em um saco constituem um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um Parlamento, quer através de uma Convenção. Não podem representar-se, têm que ser representados. (MARX, 1984, p. 99)

Embora os camponeses, que constituíam a maioria da população francesa e que, portanto, elegeram Bonaparte em 1848, vivessem em condições análogas e tivessem uma mesma cultura, naquelas circunstâncias a similitude de interesses não podia lhes caracterizar como classe na medida em que não significava uma ligação de comunidade. Sobre esse problema, Aron (2002, p. 456), afirmou que:

Em linguagem ordinária, pode-se dizer que esses homens pertencem ao mesmo grupo, mas não tem consciência de constituírem um grupo, e não acedem à unidade de organização e de vontade, indispensável para que a classe, no sentido estrito do termo, exista como tal. Uma classe só existe realmente quando ela se pensa como classe, porque, sem isso, ela é o *em si* e não o *para si*.

Bensaid, por sua vez, negando uma tendência a se exagerar no peso às noções de classe-em-si e classe-para-si, ressalta que no destaque ao caráter contingencial da caracterização das classes, seria mais correto apreender em Marx não a consciência como um momento posterior e sim como aspecto diverso e desigual sempre presente em algum sentido na dialética

da luta. Ainda sobre a questão dos camponeses abordada em *O 18 de brumário*, Bensaïd (1997, p. 173-174) afirma que:

Objeto e sujeito, ser e essência acham-se unidos no devir da classe. Na dinâmica das relações de classe, a subjetividade da consciência não pode emancipar-se arbitrariamente da estrutura, tanto quanto a objetividade do ser não pode destacar-se passivamente da consciência. Essa problemática opõe-se a toda concepção mecânica da passagem necessária do em-si ao para-si, do inconsciente ao consciente, do social pré-consciente ao político consciente, entre os quais o tempo faria o papel de mediador neutro. Consciência e inconsciência de classe enlaçam-se num abraço perverso e não cessam de enganar-se mutuamente. [...] Heterogênea e desigual, a consciência é inerente ao conflito que começa com a venda da força de trabalho e a resistência à exploração. E que não cessa mais.

Para Bensaïd, portanto, o engano entre consciência e inconsciência nunca chega a cessar. Não há um momento de redenção, de iluminação. A consciência existe sempre, em alguma medida, na resistência à exploração, mas nunca chega a ter um momento de pureza, de plenitude sobre a inconsciência.

Na verdade, entre Aron e Bensaïd, o fosso é apenas superficial. O caráter relacional da definição de classes e de suas lutas não impossibilita a imagem de uma ampliação da consciência em termos de *pressuposto-posto* através da ação dessa classe como organização política. Ao mesmo tempo, é importante reter que, para Marx, é sutil e tênue a linha que impossibilita a identificação dos camponeses como classe justamente porque ela é de caráter relacional: no caso específico daquelas camponeses, similitude de interesses não possui o mesmo sentido que interesse de classe na medida em que falta uma ligação de comunidade, uma forma de se relacionar com os não-camponeses de maneira assumidamente contraposta, numa pertença a um grupo. Assim, Bensaïd também tem razão. Ele chama a atenção para o fato de que este conteúdo de Marx se depreende de uma metodologia própria e original:

Enquanto a sociologia positiva pretende “tratar os fatos sociais como coisas”, Marx os trata sempre como relações. Não define de uma vez por todas seu objeto por critérios ou atributos. Antes segue a lógica de suas múltiplas determinações. Não “define” uma classe. Antes, apreende relações de conflitos entre classes. Não fotografa um fato social rotulado como classe. Antes visa à relação de classe em sua di-

nâmica conflitual. Uma classe isolada não é um objeto teórico, mas um não-senso (BENSAID, 1997, p. 41)

A recusa ao método positivista não é um mero detalhe em Marx, mas refere-se a uma recusa a definições estanques e a um tratamento das coisas pelas referências relacionais que permitem emergir as múltiplas determinações da classe proletária como classe verdadeiramente revolucionária. É apenas pela oposição ao método positivista que se depreende a formulação de que “o proletariado será revolucionário ou não será”. Como vimos, as revoluções proletárias possuem um caráter autocrítico:

[...] se criticam constantemente a si próprias, interrompem continuamente seu curso, voltam ao que parecia resolvido para recomeçá-lo outra vez, escarnecem com impiedosa consciência as deficiências, fraquezas e misérias de seus primeiros esforços, parecem derrubar seu adversário apenas para que este possa retirar da terra novas forças e erguer-se novamente, agigantado, diante delas, recuam constantemente ante a magnitude infinita de seus próprios objetivos... (MARX, 1984, p. 12).

Para Löwy (2018, p. 23), a novidade e relevante contribuição da solução marxiana ao problema do caráter próprio das ciências sociais raramente foi absorvida em sua grandeza pela maioria de seus sucessores, sejam de esquerda ou de direita. No campo da esquerda, se por um lado autores como Lênin, Rosa Luxemburgo, Lukács, Korsch e Gramsci aprofundaram e deram importantes contribuições à problematização do caráter de neutralidade da ciência inaugurado por Marx, o revisionismo e a ortodoxia da II Internacional - Bernstein e Kautsky – bem como o stalinismo, promoveram incompreensões.

Na verdade, indica Löwy, muitas vezes se deturpou ou se passou ao largo da novidade que Marx trouxe ao campo da polêmica na definição do caráter da ciência social e que permitiu a ele apreender uma visão privilegiada da classe revolucionária proletária em relação às demais classes revolucionárias de outros momentos históricos, como a classe burguesa fora outrora, por exemplo. Tal visão privilegiada adviria da especificidade de seu objetivo ser necessariamente um empecilho para práticas de mentira e ocultação da verdade social. Löwy explica:

(a) a classe proletária não só não tem necessidade de ocultar hipocritamente que seus interesses são interesses de classe - ou seja, não tem necessidade de realizar uma revolução em nome de direitos na-

turais universais tal como fizeram os burgueses - mas, ao contrário, só pode ser revolucionária necessariamente afirmando a defesa dos interesses dos proletários contra os interesses dos burgueses. Além disso, (b) diferentemente do que ocorreu com a classe revolucionária burguesa, a classe revolucionária proletária necessita de uma consciência clara dos acontecimentos sociais para a sua vitória. Enquanto a burguesia podia ser levada pela astúcia da razão, o proletariado, em compensação, só pode tomar o poder e transformar a realidade por um ato deliberado e consciente. O conhecimento objetivo da realidade [...] corresponde, pois, ao seu interesse de classe” (LÖWY, 2018, p. 40).

Para Marx a visão da classe proletária seria mais real “porque a verdade é para o proletariado um meio de luta, uma arma indispensável para a revolução. As classes dominantes [...] têm necessidade de mentiras para manter seu poder. O proletariado tem necessidade da verdade [...]” (LÖWY, 2018, p. 42). Sobre Lênin, ele lembra a acertada afirmação de que “o materialismo dialético de Marx e Engels contém certamente o relativismo, quer dizer, ele reconhece a relatividade de todo nosso conhecimento não no sentido de negar a verdade objetiva, mas no sentido de que os limites da aproximação de nosso conhecimento à realidade são historicamente condicionados”. (LÊNIN apud LÖWY, 2018, p. 32).

As interpretações dissonantes no seio do marxismo parecem soar completamente estranhas ao leitor atento de *O 18 de brumário*. Um Marx que não se imputa portador de um discurso absoluto e sim representante do ponto de vista proletário é completamente evidente nessa obra, que reivindica a autocrítica proletária como essencial para o seu papel revolucionário.

A questão do método em Marx, portanto, não é um mero detalhe, mas o segredo revelado ao leitor atento. É compreendendo o método que a perspectiva de um determinismo econômico também se dissolve ao apreender o Estado abordado na obra para além de um caráter meramente funcional. Marx traz o Estado como organização complexa, atravessado por conflitos de todas as ordens, conflitos estes plenamente capazes de alterar a dinâmica das lutas e os rumos da história.

Há ainda a sua relevância contemporânea, já que “a ascensão e o governo de Luís Bonaparte são vistos como precursores do fenômeno que se tornaria conhecido no século XX como fascismo” (TUCKER, 1978, p. 594). Qualquer lembrança de atuais governantes sob a figura do relatado ali não

é mera coincidência. A pergunta que podemos nos fazer diante do *O 18 de brumário* hoje é: foi uma obra realmente lida?

Referências

ARON, Raymond. **O marxismo de Marx**. 2ª ed. Tradução de Jorge Bastos. São Paulo: Arx, 2005.

BENSAID, Daniel. **Marx, o intempestivo**: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX). Tradução de Luiz Cavalcante de Menezes Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DRAPER, Hal. **Karl Marx's Theory of Revolution – Part 1: State and Bureaucracy**. New York, Monthly Review Press, 1977.

LÖWY, Michael. **Marxismo contra positivismo**. Tradução de Reginaldo di Piero, São Paulo: Cortez, 2018.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Louis Bonaparte**. Tradução de: José Barata-Moura e Eduardo Chitas. 2ª ed. Lisboa: Edições Avante, 1984.

TUCKER, Robert C. **The Marx-Engels Reader**. Second Edition. Princeton: W. W. Norton e Company, 1978.